



Museu de usos e costumes em Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil: sobreposição de culturas, negação de identidades

Museum of Uses and Customs in Palmeira dos Índios, Alagoas, Brazil: overlapping cultures, denial of identities

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas⁽¹⁾; Odair Barbosa de Moraes⁽²⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8867-8259>, Universidade Federal de Alagoas-Campus Arapiraca, Doutora em Geografia com Pos Doc pela Universidade de Aveiro Portugal Coordenadora do LETUR, BRAZIL. Email: mestersilva@palmeira.ufal.br. - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0745438063708919. Pesquisadora Associado/Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas (GOVCOPP), Instituições e Inovação/ Universidade de Aveiro - Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais.

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9982-6798> / UFAL-Campus Delmiro Gouveia, BRAZIL, Email: Email.Odair.Moraes@Delmiro.ufal.br

Recebido em: 18 de abril de 2020; Aceito em: 21 de abril de 2020; publicado em 10 de 07 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: Este artigo objetiva questionar a desinstalação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a instalação do Museu de usos e costumes na cidade de Palmeira dos Índios no referido espaço físico. Recuperar essas discussões é uma oportunidade de se pensar o quanto determinados equipamentos que fazem parte do patrimônio físico da cidade não representam, em sua essência, as diferentes subjetividades que fazem parte do lugar, sendo, portanto, ilegítimos na sua origem, pois entende-se que um Museu de Costumes deve representar o cotidiano das diferentes grupos sociais que compõem a cidade e deve surgir de forma a devolver aos habitantes a verdadeira história do lugar, sendo um compromisso social, em que possamos sinalizar condições de possibilidades de um habitar mais democrático.

Palavras-chave: Museus, Memória, Palmeira dos Índios, Igreja do Rosário dos Homens Pretos.

ABSTRACT: The city of Palmeira dos Índios has in the history of its foundation the presence of the Xucurus-Kariris indigenous people and the black people of Tabacaria, this article has as its goal the questioning of the uninstillation of the Nossa Senhora do Rosário dos Pretos church to install the Museum of Usage and Mores in the city of Palmeira dos Índios in its referred physical space. The recovering of these discussions is an opportunity to think how much some pieces of equipment that make part of the city's physic patrimony do not represent in its essence the different subjectivities that make part of the place, being then illegitimate in its origin. The reason for that is because one can understand that the Museum of Mores must represent the everyday life of different social groups that compose the city. They must come out as a way to give back to the habitants the true story of the place, being then a social compromise, where we can signalize conditions of possibilities of a more democratical habitat.

KEYWORDS: Museums, Memory, Rosário dos Homens Pretos Church.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante de um projeto de extensão¹, desenvolvido na Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca, que tinha como um dos objetivos apontar e reafirmar a presença do homem negro escravizado na construção da cidade de Palmeira dos Índios. O Território da cidade de Palmeira dos Índios é constituído pela presença de duas identidades basilares dentro do processo de formação do território brasileiro: povos indígenas e negros. O povo indígena tem sua representação no povo Xucuru-Kariri e povo negro nos quilombolas da comunidade Quilombola da Tabacaria.

Na cidade existe atualmente o Museu Xucurus. O referido Museu ocupa o que outrora era uma Igreja Católica da ordem da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Tal denominação tem uma forte vinculação com os negros que vieram escravizados para o Brasil. O que se questiona é como uma cidade se permite a desconstruir um dos elementos mais fortes do simbólico humano, que é a sua religiosidade, e, sendo essa religiosidade uma forma de resistência de um determinado povo, deixar permanecer no silêncio tal morte hedionda de uma das mais profundas subjetividades que o ser humano encerra dentro de si. Recuperar o espaço do Museu como espaço do sagrado do povo negro, dentro da cidade, parece uma tarefa inexecutável, porém denunciar essa violência e apontar a presença do povo negro na construção da cidade de Palmeira dos Índios, devolvendo aos habitantes a verdadeira história do lugar, é perfeitamente possível e é um compromisso para que possamos sinalizar condições de possibilidades de um habitar mais democrático em nossa sociedade.

O Museu Xucuru (assim se denomina o Museu de artes e costumes da cidade) faz parte do que se discute dentro da temática de “Nova Museologia”, dessa forma, ele tem como objetivo promover o desenvolvimento social na comunidade por meio da construção de um sentimento de pertença por parte da comunidade, ou seja, mediante a construção da identidade do grupo e não a destruição de representação de grupos sociais importantes na construção da história da cidade. Sabe-se que a chegada do homem branco em quase todo espaço fora do mundo europeu gerou movimentos de resistência, a importância da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com suas características

¹Projeto intitulado “O Negro na terra dos Xucurus-Kariris: Exposição sobre a história da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL – CAMPUS ARAPIRACA.https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/extensao/Atividade/lista_minhas_atividades.jsf

arquitetônicas originais e sua história revelam a necessidade de evidenciar a sua função original e o seu passado, que foram exatamente de resistência e sobrevivência do povo negro escravizado.

A descaracterização de suas funções, inclusive de sua identidade, reflete a condição do negro na construção da história da cidade e o lugar que ocupa no local. A descaracterização e a destituição de espaços reservados a estas comunidades são processos que contribuem para a perda da memória e a desvalorização de sua história, cabendo questionar a legitimidade do Museu Xucuru na cidade de Palmeira dos Índios. Desse modo, questiona-se até que ponto esse equipamento representa na cidade de Palmeira dos Índios uma condição de educação e orientação para o patrimônio, uma preservação da memória, uma capacidade de aglutinar e reproduzir valores que honrem e dignifiquem a história dos homens que constroem a cidade, que edificam templos e reproduzem costumes e tradições.

A CIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Os primeiros habitantes do sítio onde está a cidade vem dos aldeamentos indígenas que existiam no que hoje é o bairro da Cafurna. Há época, uma região de brejos e nascentes em meio há palmeirais das terras férteis do sopé da Serra da Boa Vista, palmeiral esse que serviu de referência para batizar a cidade. O povoamento teve início no século XVIII com a fixação dos colonos. Logo a localidade prosperou, não só pela fertilidade de suas terras, mas porque servia, também, de passagem para os viajantes que seguiam do sertão para o litoral ou vice e versa, como também uma importante porta de entrada para o estado de Pernambuco e interior do próprio estado de Alagoas, o que contribuiu para o desenvolvimento das atividades comerciais no povoamento, ganhando visibilidade e importância, sendo elevado à categoria de vila nos anos seguintes.

Ainda nos dias de hoje, a presença indígena é notória pelas diversas aldeias da etnia Xucuru-Kariris, que habita, sobre tudo, a região serrana do município nas seguintes aldeias: Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Serra do Coité, Serra do Amaro, Serra da Capela, Boqueirão e Monte Alegre. Também numa região serrana de alto de morro, situada na região sudeste do município, encontra-se a

comunidade quilombola da Tabacaria, a primeira a ter seu território delimitado e reconhecido no estado de Alagoas, assentamento esse de cultura tradicional, que remonta a época da resistência da escravidão nos latifúndios de cana-de-açúcar, época a qual a luta pela libertação do sistema escravista no âmbito rural, dava-se através da fuga e refúgio para regiões periféricas e pouco exploradas pelos colonos europeus.

Em meio a essas marcantes presenças de diversos grupos historicamente excluídos dos direitos fundamentais, que em seu território buscaram construir sua vida e identidade enquanto indivíduos de um grupo, Palmeira dos Índios pouco celebra e resguarda a historicidade dos povos que, em suas buscas pelo êxito da sobrevivência, contribuíram para a formação de seu povo e construção de sua cidade, identidade e cultura.

No que se refere ao patrimônio edificado, a cidade de Palmeira dos Índios possui variados atrativos, heranças de diversas épocas da cidade e das diversas aspirações de seus cidadãos, podendo ser encontrados na área central e mais antiga da cidade. A cidade é sede da diocese de Palmeira dos Índios, tendo como templo principal a Catedral Nossa Senhora do Amparo, a mais antiga construção do município e região (pelas diversas reformas que sofreu durante o tempo, hoje não se encontra mais com sua estética original); alguns casarios e casas mais modestas dos séculos XIX e XX são notados em algumas das ruas mais antigas; outras edificações persistem de outras épocas, porém com uso diferenciado ao qual foi concebido em sua inauguração, como são os casos, por exemplo, da Biblioteca Pública Municipal que funciona, onde um dia foi antiga estação ferroviária erguida em 1933, lembrança dos dias em que o progresso advindo das locomotivas acelerou as transformações por onde passavam; a Casa Museu Graciliano Ramos, antiga casa onde o ilustre escritor viveu com sua família, hoje transformada em museu; e o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, que funciona onde um dia foi a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Construída para/pela comunidade negra em 1805, é na cidade a edificação sacra mais antiga que preserva sua configuração arquitetônica original até os dias atuais. A igreja possui importância arquitetônica, histórica, econômica e cultural, podendo ser considerada como patrimônio material do município. No entanto, a sua transformação em museu fez com que as atuais gerações desconheçam a sua história, indicando também marcas de um preconceito que repercute nos dias atuais.

A IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS NO BRASIL

Introduzidas no Brasil a partir do século XVI, as irmandades eram comunidades que agiam como associações de ajuda mútua; cada uma consagrada a determinado santo padroeiro. As irmandades passavam os valores da classe dominante (valores da metrópole Portuguesa) nas localidades onde eram implantadas. Eram reguladas por um estatuto sujeito e supervisionado pelo estado e pela igreja, assim, estes buscavam garantir uma organização social coerente com suas aspirações. Porém, paralelamente aos planejamentos lusos, no território colonial, outras matrizes culturais (geralmente marginalizadas) buscaram firmar-se na sociedade a qual estavam sujeitas, porém, trazendo consigo contextos próprios que passam a sintetizar e sincretizar com o catolicismo de então, como saída numa busca por afirmação e reconhecimento como comunidade.

Os negros, apesar de introduzidos inicialmente nas irmandades (até então só haviam irmandades brancas), não tinham reconhecimento digno: não tinham direito a entrar na igreja além do limite das torres sineiras, muito menos existia aceitação das práticas sincréticas do catolicismo com as heranças africanas, iniciando um contexto de cisão racial no que diz respeito ao acesso ao espaço do sagrado. A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos surge no contexto do “Movimento do Senhor dos Pretos”. Uma luta social escravocrata, por liberdade e direitos, que, dentre outras iniciativas, construía igrejas para os negros frequentarem e manifestarem seus cultos com mais autonomia.

A irmandade Nossa senhora do Rosário dos Pretos, como afirma Clóvis Moura: “Nasceu da impossibilidade de os negros poderem exercer livre e impunemente as suas crenças africanas, bem como da necessidade de se organizarem socialmente para não caírem em estado de anomia” (MOURA, 2004 p.217). A partir dessa necessidade de identidade cultural e religiosa, surge não só a irmandade Nossa senhora do Rosário dos pretos, mas também outras semelhantes.

As irmandades negras, sobretudo a do Rosário, detinham uma autonomia ampla, decidiam sobre questões internas e externas e geriam seus negócios através de suas Mesas Administrativas. Os associados contribuía com taxas anuais e bens diversos, como joias- em alguns episódios o ouro que os escravos mineradores conseguiam juntar. Esses “depósitos” eram convertidos em assistência quando presos, doentes, famintos ou

mortos - concedendo o direito a funerais solenes, missas fúnebres e sepultamento nas capelas para os associados. As irmandades negras eram toleradas e por vezes bem vistas pelos brancos, pois, julgavam esses, que as irmandades tornavam o negro mais “cooperativo” com a sociedade dominante.

Os festejos e solenidades pomposas eram característicos da época, uma vez que as irmandades disputavam serem reconhecidas com maior prestígio dentre as demais. As adorações aos santos negros em seus cortejos festivos, a inserção musical e cerimonial de elementos sincréticos e a popularidade da irmandade entre as populações negras e escravas colaboravam para a Irmandade do Rosário dos Pretos exibir um dos mais ricos louvores em homenagem a sua padroeira. Paralelamente a Nossa Senhora do Rosário, os santos negros também ganhavam destaque, como Santa Efigênia, Santo António Catigeró, São Benedito e Santa Rita. As solenidades da morte tinham uma importância cultural muito forte, além disso, os ritos fúnebres mais elaborados eram um indicativo de ascensão social, por isso que o culto a Nossa senhora da Boa Morte tem seu espaço frisado em algumas igrejas da Rosário dos Pretos.

A Irmandade difundiu-se por muitas regiões do Brasil colônia, principalmente com o amadurecimento do Movimento Senhor dos Pretos. Em Minas Gerais, com ênfase em Vila Velha, onde teve o “epicentro” (a origem) da Irmandade. A presença marcante da Irmandade do Rosário dos Pretos também é notada, hoje, em Salvador, no Rio de Janeiro, em Recife, em Olinda, e em São Paulo (onde os irmãos eram conhecidos como malungos). Em todas as localidades onde a ordem foi instalada, foi notória a atividade destas na vida cotidiana e importância para as camadas sociais menos favorecidas participarem, da sociedade dita oficial. No estado de Alagoas, há igrejas em Maceió, a qual, até os dias de hoje, é frequentada por pessoas de menor poder aquisitivo; em Penedo, após recente processo de restauro, expressa muito bem os traços sóbrios e de pouca ornamentação que caracterizava muitas dessas igrejas, por serem erguidas por meio de recursos das massas populares; em Palmeira dos Índios, tema deste artigo, também com ornamentação modesta, o que não compromete sua beleza e destaque na cidade; em Água Branca, Viçosa e Marechal Deodoro, também há exemplares da Igreja da Ordem do Rosário dos Pretos.

A IRMANDADE EM ALAGOAS

A presença desta Ordem em solo alagoano, como também sua atuação e objetivos, não distou do contexto nacional, apesar de se ter chegado na época em que o movimento já estava mais amadurecido e consolidado nas principais cidades brasileiras, como afirma Jairo Campos:

Aquí, como no resto do território brasileiro, para neutralizar essas investidas que não eram somente contra a religião afro, mês contra qualquer outra expressão, surgiram as irmandades religiosas dos escravos, que adotaram santos católicos como patronos de negros. São Sebastião, São João e São Benedito foram também muito venerados nos campos alagoanos, não como membros do relicário católico, mas porque traziam a chuva, o sol, a saúde, a esperança.” (APRATTO, Douglas. COSTA, Jairo José Campos da. 2014. p. 20).

A construção de igrejas e a fundação de irmandades criava entre os cativos um sentimento de avanço na luta por liberdade e igualdade e facilitavam sua entrada no teatro dos senhores. Enquanto praticavam suas devoções discretamente sendo alguns dos deuses negros correspondentes a santos cristãos –

Xangô tem uma mulher, Iansã, que alguns dizem ser sua irmã e que se identifica com Santa Bárbara da Inglaterra, por ser igual a ela, deusa dos ventos e das tempestades. Ambos são seres bissexuais, mas na realidade, são um só. Xangô equivale, assim, a Santa Bárbara, que era cultuada vestida de santa, convivendo o cristão e o pagão (Ibidem. p. 21).

Nessa forma de resgate das antigas raízes, crescia também a aproximação com a religião dos senhores, de forma permissível por estes, dentro do sincretismo; sendo essa configuração, uma forma de preservar sua identidade através do processo em que ascendiam socialmente. Orar em templos católicos e criar irmandades religiosas como os senhores brancos reduzia, momentaneamente, a imagem de que os negros são selvagens irracionais que adotam ritos desumanos e de magia. Na capital alagoana, três igrejas lembram essa obstinada resistência e a permissividade para que pudessem rezar juntos, brancos e negros: Igreja do Rosário, Igreja de São Benedito e Igreja dos Martírios.

Destas, a primeira a ser edificada foi a do Rosário (localizada na antiga Rua do Sol, no centro da cidade de Maceió), oriunda de uma doação de Bento Ferreira Guimarães, em 25 de abril de 1878, que, de acordo com documentações apresentada por

Félix Lima Júnior, cedeu 96 palmos de terra para ali ser erguido o templo onde já havia um nicho “construído, em horas de folga, por homens de cor já libertos e também escravos”. A segunda foi a Igreja do Bom Jesus dos Martírios, fundada junto a Irmandade do mesmo nome, em 03 de maio de 1833, por um homem negro chamado Manoel Luiz Correia. Durante anos os antigos escravos e cativos predominaram naquela associação, mas a chegada de membros de famílias senhoriais foi determinante para que dela se apossassem e os negros fossem se afastando (Ibidem). Esse dito afastamento dos negros da dominância das igrejas dessa ordem foi um fenômeno perceptível no estado de Alagoas, todas elas passaram a administração das paróquias locais pertencente a ordens brancas, extinguindo, assim, com o tempo tudo aquilo que compunha seu diferencial (ao contrário de outras como a de Salvador-BA, onde a atuação da ordem se conservou até os dias atuais).

Como afirmado anteriormente, a sociedade atual ainda padece de preconceitos arraigados em nossos costumes desde o período escravocrata. A descaracterização e a destituição de espaços reservados a estas comunidades são processos que contribuem para a perda da memória e a desvalorização da história do povo negro na construção do território brasileiro. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, atualmente Museu Xucurus, é um exemplo deste processo. Enquanto temos, em várias cidades no Brasil, a valorização desses espaços enquanto memória de povos que construíram a sociedade brasileira atual, em Palmeira dos Índios, os visitantes do Museu sequer percebem a importância do espaço em si. Desta forma, urge que a história do local seja resgatada e recontada às gerações atuais. A importância da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com suas características arquitetônicas originais e sua história, revelam a necessidade de evidenciar a sua função original e o seu passado. A descaracterização de suas funções, inclusive de sua identidade, reflete a condição do negro na construção da história da cidade e o lugar que ocupa no local.

A IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS E O MUSEU DE COSTUMES.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Palmeira dos Índios é a edificação sacra do município que por mais tempo manteve suas características

originais, sendo sua configuração atual a mesma da época em que foi construída, sua construção teve início em 1805 e finalizada em 1807, porém só sendo consagrada como capela na década de 1870. Em planta, mantém sua configuração tradicional de igreja, composta por uma nave central e duas naves laterais, um transsepto e uma abside ou altar. A fachada (ver fig.1) é composta por duas torres laterais sineiras, um frontão central, duas portas laterais com acesso a naves secundárias e uma porta central com acesso a nave principal, janelas acima das portas, como também em suas fachadas laterais. Seu interior é composto por paredes robustas e colunas formando arcos entre si que dividem as naves. Também é perceptível a presença de poucos ornamentos no interior da igreja.

A então Igreja do Rosário dos Homens Pretos, já no século XX, teve uma grande diminuição na quantidade de frequentadores, ficando praticamente sem uso, culminando em sua desativação. Idealizado pelo escritor e historiador Luís de Barros Torres, entusiasta e estudioso da história da cidade, através de diálogos com Dom Otávio Barbosa de Aguiar, o Bispo Diocesano da época, toma forma a ideia da criação do Museu Xucurus de História Artes e Costumes; dessa forma, Dom Otávio de Aguiar cedeu a igreja, a qual foi convertida em museu. Seguiu-se discussões sobre a temática apresentada em seu espaço, se configuraria um Museu Sacro, Histórico ou Indígena, chegando ao acordo que comportaria um Museu que abrangesse todos aspectos históricos da cidade. E assim foi inaugurado, em 12 de dezembro de 1971, o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes. A decisão tomada em gabinete não teve nenhuma enquete ou consulta pública por mínima que fosse sobre a mudança da função do equipamento. Tal atitude nos remete a afirmação de Said, em seu livro *Cultura e Imperialismo*, em que ele afirma que a Cultura é uma espécie de teatro e, longe de ser um mar de calma, a cultura pode ser até um campo de batalha, em que as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si (SAID, Edward W. 1995 p.14).

O espaço da antiga Igreja abriga um variado acervo, indo da arte sacra a utensílios domésticos do cotidiano de épocas passadas, a antigos arsenais, fósseis, amostras minerais, utensílios e roupas usados por cangaceiros, objetos indígenas, edições de jornais editados em Palmeira dos Índios desde 1865; coisas mais curiosas como, por exemplo, a cama e alguns objetos que pertenceram ao menor homem do mundo, que viveu na cidade de Palmeira dos Índios, uma infinidade de objetos e utensílios das mais variadas naturezas doadas pelos moradores da cidade sem nenhum critério apropriado.

Tudo isso disposto de maneira que parece ignorar os critérios da museologia e conservação; porém o que é mais espantoso é a amostra que remete à escravidão, onde manequins pintados de preto representam escravos subjugados em um tronco, outros estão acorrentados por pés e mãos e portando placas com letreiros penduradas no pescoço, em que se lê “LADRÃO e FUJÃO” (ver Figuras 3 e 4), um tratamento completamente desrespeitoso e negligente com a história da própria edificação que abriga o museu, com a cidade e com o povo negro que vive na cidade, que visitantes negros ou não que frequentam o museu na busca de vislumbrar a historicidade local.

A edificação em si sofre com diversas patologias construtivas pontuais, resultados dos anos a fio sem nenhuma restauração eficiente. O descaso com este patrimônio edificado, herança de uma das páginas da história da formação social brasileira, propaga-se para além do material; sua história é praticamente desconhecida pela população da cidade e são escassos na literatura textos ou livros que tragam o assunto à tona, sendo perceptível, inclusive, a falta de interesse das autoridades seculares e eclesiásticas em contribuir para o conhecimento das origens desta construção na cidade.

O próprio uso como museu contribui também para esse processo, já que a forma como é usado o espaço não serve na história da própria igreja e ela própria não é mais tratada como tal, usada como um espaço qualquer desapossado de seu significado original e estando a serviço e suporte da historicidade do ponto de vista destoante das buscas que tornaram a realização desta construção na cidade de Palmeira dos Índios.

Um dos pontos do projeto foi justamente o de apontar essa historicidade e trazê-la a público, tanto no meio acadêmico (por meio de apresentações e submissões de artigos), como de forma mais pedagógica nas escolas públicas, exibindo, por meio de apresentações, imagens e dinâmicas às crianças da cidade de Palmeira dos Índios, já que estas não teriam acesso ao conhecimento deste fato histórico de sua cidade, tão desconhecido e velado, ressaltando mais uma particularidade da história local e mostrando a contribuição negra na construção da cidade e da sociedade de então, levando em consideração o protagonismo negro em seus propósitos libertários e de buscas por direitos, cidadania e identidade a qual a ordem foi seu instrumento.

O questionamento da legitimidade do Museu Xucurus de Artes e Costumes da cidade de Palmeira dos Índios se deve exatamente ao não cumprimento de sua função museológica, que, de acordo com suas características, enquadrar-se-ia no que se denomina “Museu de Cultura Periférica”. Esse tipo de Museu faz parte de um programa

de ação do Governo Federal que tem como objetivo apoiar e valorizar a memória social que a historiografia oficial omite ou que, dentro da perspectiva da história dos vencedores, a fala dos marginalizados não aparece dentro dos museus ou quando aparece é do ponto de vista do opressor. É um programa que dá voz aos que tiveram suas histórias contadas nos museus, através dele, grupos como: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, moradores rurais e de periferias podem expor suas memórias, histórias e patrimônio em seus museus. Esses Museus seriam colocados no Mapa cultural do país como “pontos de memória”.

Os pontos de memória têm como objetivo a garantia de que as histórias das comunidades sejam contadas e que suas identidades sejam reforçadas. Com isso levantamos os seguintes questionamentos: quais histórias/memórias são contadas pelo Museu Xucurus de Artes e Costumes? Como as ações do museu tem contribuído para o fortalecimento da identidade e da memória dos moradores da cidade de Palmeira dos Índios? Qual o retorno dado a comunidade pelo museu? Qual o significado das ações promovidas pelo Museu Xucurus para os moradores da cidade? São questões como essas que não encontrei respostas que me orientam para um claro questionamento da legitimidade do Museu Xucurus de Artes e Costumes na cidade de Palmeira dos Índios.

Por que estudar pontos de memória? Todos têm direito a memória. A história sempre foi contada a partir de apenas um ponto de vista, normalmente ela é contada por aqueles que estão no poder. Sendo assim, as outras camadas da sociedade ficaram sem voz e representação. É por isso que os museus comunitários são importantes, porque eles dão voz a aqueles que permaneceram “mudos” durante tantos anos. Quais memórias quer o Museu de Costumes Xucurus lembrar quando coloca manequins de cor preta, anônimos, sem nenhuma arte, plantados na entrada do estabelecimento? O paradoxo se estabelece quando dentro do Museu são encontradas peças que reforçam exatamente estereótipos que são contrários a uma dinâmica encetada por muitos homens e mulheres da sociedade brasileira para dirimir o preconceito e a discriminação. Outro aspecto grave é que junto a esses objetos não existe nenhuma explicação, nenhum funcionário capacitado para dirimir as dúvidas ou questões que possam demandar dessas representações.

Segundo Carlos Araújo (2012), a ideia de musealidade surge quando o homem passa a reconhecer objetos que podem ser colecionados, guardados, exibidos e atribuídos a eles um significado, porém é apenas a partir do século XVI que o conhecimento teórico

sobre museologia começa a surgir, ela tem início com os tratados de: Quiccheberg, Comenius e Camilo

O termo “museu” foi utilizado pelos gregos e pelos romanos para designar os templos dedicados aos seus deuses. É apenas na época do Renascimento que o termo voltou a ser usado, no entanto, ele passou a designar as coleções de arte do Italiano Lorenza de Médici. Desenvolveu-se, nessa época, o culto à produção humana, principalmente aquilo que produzido na antiguidade greco-romana. Tudo aquilo produzido pelo homem deveria ser conservado e transmitido às gerações futuras. É entre o século XV e XVII que surgem então os primeiros os tratados e manuais sobre como preservar e conservar e preservar as peças do museu.

Durante o período renascentista, os museus estavam ligados a Arte, História e Literatura, mas a partir da Revolução Francesa ele assume outro papel. Nessa época, ele passa a ter como objetivo o fortalecimento da identidade nacional e a dar um caráter erudito aos seus visitantes. Com os museus nacionais surgem a necessidade de profissionais qualificados, surgindo assim os primeiros cursos profissionalizantes.

Influenciado pelo Positivismo, surge um movimento que liberta os museus das Artes e da História, passando a tentar construir um campo científico voltado para os museus. É a partir do final século XIX que tem início as reflexões sobre os museus. Questionamentos sobre a função dos museus começam a ser feitos. Alguns estudiosos já começavam a ter dúvidas sobre o museu tradicional, muitos argumentaram que os museus deveriam ser mais abertos ao público. Um museu voltando para a pesquisa e para os cidadãos começaram a ser o “desejo de consumo” de muitos. Autores como Flower (1891), Gilman (1909) e Danna (1917) são alguns dos que estudiosos do século XIX e XX que viam o museu como representantes da comunidade no qual está inserido.

A partir do século XX, algumas correntes passam argumentar que nas relações humanas os atores estão em posições desiguais. Nesse contexto, os museus estariam a serviço daqueles que “podem mais”, nesse sentido, os museus seriam instituições inacessíveis às classes populares. Portanto, os museus teriam uma prática baseada mais em critérios ideológicos do que científicos.

Para evitar que os museus se tornassem obsoletos, estudos sobre os visitantes começaram a ser feitos. Basicamente, os focos desses estudos se voltaram para o perfil do visitante e o aprendizado deles. Mais tarde, os museus então passam a ser “inventores da

realidade”. Ou seja, eles passam a apresentar um recorte da realidade a partir de sua coleção.

Nas abordagens contemporâneas sobre os museus, surgem os termos “Ecomuseu” e “Nova Museologia”. O termo ecomuseu, de início, designava os museus ao ar livre. Com o movimento da nova museologia, o termo passa a designar os museus que colaboravam para o fortalecimento da comunidade através da participação da mesma na gestão dos museus. Com a Mesa Redonda de Santiago do Chile, surge a terminologia museus integrais, o museu passa então a ter um papel de transformador social. Os objetos passam então a representar a identidade cultural dos grupos. A identidade desses grupos é fortalecida pela memória, ou seja, pelas suas histórias e narrativas.

Maurice Halbwachs (1990 [1950]) pensa a memória como fenômeno social, coletivo. Quando falamos em memória, achamos que se trata de algo individual e particular, no entanto, o autor afirma que até nossas lembranças individuais estão apoiadas nas lembranças dos outros, pois quando procuramos não nos recordamos de algo, procuramos tais experiências e nas lembranças dos outros. Segundo ele,

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 15)

Ou seja, para o autor, nunca estamos sozinhos, pois as lembranças, os ensinamentos e os objetos das outras pessoas influenciam nossas vidas e nosso comportamento, mesmo que estejamos distantes. Nós compartilhamos lembranças com outros indivíduos.

Estamos inseridos em diversos grupos sociais em nossas vidas. Nós adquirimos experiências e criamos lembranças através deles, algumas ficam marcadas em nosso espírito, outras não. Para Halbwachs, a medida que estamos em contato com um grupo e com as pessoas, as memórias se tornam mais nítidas, caso ocorra o contrário, mesmo que nos façam descrições do tempo passado, não nos lembraremos. Para que haja uma memória faça sentido no tempo presente, ou seja, para que ela seja reconstruída no presente, é necessário que tenhamos contato com o grupo ao qual a lembrança esteja ligada. Nas palavras do autor:

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (HALBWACHS, 1990, p. 21).

Segundo ele, as nossas primeiras lembranças são coletivas, pois fazemos parte de uma família, nossas lembranças mais antigas estão ligadas a ela. O autor não nega que tenhamos uma memória individual, ele denomina essa possibilidade de “intuição sensível”. Ao falar sobre memória, o autor explica que esta é muito mais coletiva que individual, até mesmo aquela da infância, pois desde pequenos fazemos parte de grupos sociais como: a família, a escola, os vizinhos, a igreja, entre outros. Para que uma memória seja realmente coletiva, é necessário que ela faça sentido no presente. Para isso, é necessário que os indivíduos estejam em contato com o grupo ao qual a memória pertence.

Diante do exposto, é perceptível que o resgate histórico e documental do protagonismo negro é uma tarefa árdua em decorrência a uma memória que foi sendo esquecida e que não se fixou na identidade do povo de forma aparente. Por isso mesmo que urge a necessidade de evidenciar essa parte da história e principalmente de vivificar os elementos que despertam o sentimento de pertencimento. É necessário que essa história seja recontada e tratada como algo vivo e pertencente à comunidade.

Toda essa reconstrução da história da edificação foi pensada para sensibilizar os moradores quanto a importância do lugar como elemento histórico e sagrado, mesmo que descaracterizado de sua função nos dias atuais. No projeto também foi discutida a importância de preservação do espaço físico da edificação, e das possíveis formas de realiza-lo; e da forma como a imagem da igreja em questão e do povo negro ainda é retratada, e os potenciais turísticos e educativos que a edificação tem, pois, sua História coloca Palmeira dos Índios em quadro nacional desta efervescência social. Hoje ocupada pelo Museu Xucurus, a forma como está apresentada atualmente vai na contramão das adequações de conservação tanto da edificação em si, que apresenta várias patologias construtivas, como do jus histórico, de sua importância para a História da cidade, negligenciado pelas entidades responsáveis tanto do ponto de sua materialidade como do ponto de sua riqueza cultural.

De acordo com o Art. 4º da Lei Nº 11.904, compete ao poder público estabelecer mecanismos de fomento e incentivo visando a sustentabilidade dos museus e manter funcionários devidamente qualificados. De acordo com a secretaria, não há nenhum regimento interno que fiscalize as pessoas contratadas tampouco programas internos de incentivo à cultura. O decreto Nº 8.124 de 2013 diz que compete aos museus, públicos e privados garantir a conservação e segurança do seu acervo e a acessibilidade universal, devendo enviar ao IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) dados e informações relativas às visitas anuais, de acordo com ato normativo do Instituto, cabendo ao IBRAM fornecer, e estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para os cuidados e preservação do patrimônio.

De acordo com o observado no museu pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo envolvidos no projeto, não há proteção adequada para o acervo, nem medidas específicas de resguardo. Em 1995, o banco de dados sobre o Patrimônio Cultural, mantido pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, mandou uma circular à secretaria do município com o objetivo de fornecer informações na área de preservação de bens culturais, museologia e arquivologia às pessoas e às instituições interessadas. De acordo com a secretaria de cultura, o museu foi cadastrado no banco de dados, mas nenhuma equipe foi mandada para receber as informações, nem formação proposta.

A edificação não é tombada por nenhum órgão federal, estadual nem municipal. Embora sua relevância cultural seja notória, há uma precariedade evidente no que diz respeito às políticas públicas e medidas de proteção. Em 2007 o museu foi incluído no Cadastro Nacional de Museus, podendo solicitar adesão ao sistema Brasileiro de Museus (SBM), que tem a finalidade de promover a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Faz parte do Sistema Nacional de Museus, cadastrado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), porém não é um museu temático, devido a diversidade de acervo. Possui um quadro de funcionários composto por 7 (sete) atendentes ou guias, 1 (um) funcionário de serviços gerais, 2 (dois) vigilantes e 1 (um) responsável geral pelo Museu (SILVA, 2015, p.78).

Em decorrência a rotatividade da gestão pública, a secretaria de cultura do município acaba seguindo o mesmo fluxo, isso somado a falta de técnicos especializados, faz com que estes órgãos que deveriam resguardar estes bens culturais acabem apenas fazendo reparos pontuais e funcionando como uma secretaria de eventos culturais. Há

uma fragilidade enorme na política de preservação, na educação patrimonial e na valorização do patrimônio cultural na cidade. Isso sequência que a edificação, como todas as outras de valor histórico sejam degradadas por fatores ambientais e mecânicos.

A edificação foi a primeira igreja a ser construída em alvenaria e conserva seu volume e formatação originais, com a exceção do acréscimo de um anexo. Ela também possui componentes bem antigos, como suas esquadrias, que provavelmente datam de sua construção. Em 1971 a Diocese de Palmeira dos Índios cedeu a Igreja de Nossa Senhora do Rosário para ser transformada no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes. A igreja foi construída no período de vigor da arquitetura Colonial. Tem como características superfícies curvas salientes na fachada principal, foi edificada em um local alto (Alto do Cruzeiro) com alvenaria de pedra, empregando-se elementos decorativos nas fachadas. Também se pode destacar o romantismo em sua arquitetura, como a cúpula bubosa e o ideal de liberdade intrínseco na modelação de sua fachada. Sua fachada frontal é composta por duas torres sineiras retangulares com uma cobertura em cúpula, um frontão triangular na região central, portas de acesso respectivamente para as naves e cinco janelas superiores. Nas fachadas laterais temos apenas um conjunto de quatro janelas em cada lado. E na fachada posterior temos o anexo construído anos depois, que dá acesso aos fundos da praça do rosário.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Durante o processo de execução do projeto, foram aplicados questionários junto à população do entorno e para funcionários do Museu Xucurus. Foram aplicados com o objetivo de saber o que a população pensa e sabe sobre a história da cidade e qual poderia ser a melhor solução para a edificação que se encontra praticamente abandonada pelo poder público. Nosso objetivo com esses questionários foi ter um norte e saber qual a necessidade da população e de quem convive diariamente com o Museu Xucurus. A maioria das pessoas que responderam o questionário reconhecem o Museu como um local que guarda acervos e sabem que naquele espaço antes funcionava uma igreja, porém desconhecem o seu real valor, e não parecem muito preocupadas com sua manutenção. Poucas pessoas se dispuseram a descrever o que acham que poderia ser melhorado e acreditam que é importante ter esse local para guardar e servir para que as

gerações futuras possam conhecer a história de Palmeira dos Índios. A população acredita que o Museu está abandonado e que muitos visitantes acabam pensando que ele não funciona mais devido ao estado de deterioração em que ele se encontra. Em entrevista com os funcionários do museu, foi visível o descontentamento deles com a atual situação que a edificação se encontra. Os funcionários estão cientes da importância do museu para a cidade e acham que ele deveria ser restaurado e manter a mesma função, porém sem deixar de ser esteticamente como uma igreja, afinal ser igreja faz parte da história do Museu Xucurus. Os funcionários se entristecem ao falar que o museu está se acabando aos poucos e dizem que as autoridades públicas abandonaram a edificação que não tem manutenção. Relataram o fato de que o museu fechou as portas por um bom tempo devido ao fato de não ter recursos para consertar o telhado que estava com infiltração e acabava destruindo o acervo. Outro fato relatado pelos funcionários são os constantes furtos que fizeram com que o acervo diminuísse significativamente. O que ficou claro para a equipe que executa o projeto é a falência da ideia do Museu de Costumes, assim como a falência da ideia da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. O que se evidencia é um afastamento das pessoas do lugar da história da cidade, seja essa história ligada aos povos indígenas ou aos povos afrodescendentes, o que coloca uma maior fragilidade na presença do Museu de Usos e Costumes da Cidade de Palmeira dos Índios. O poder estamental destituiu a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e criou um museu de costumes onde esse museu não cumpre sua função de maneira inteligente. Onde, nesse museu na sua entrada estão postos dois manequins negros com alcunhas de “ladrão” e “fujão”. Pois como já foi dito por Dirceu Lindoso “o espaço da escrita aponta o espaço do poder instituído e uma contraversão à ordem deve ser reprimida, sendo os heróis populares adjetivados de “criminosos”, “bandidos”. Esses heróis são submetidos ao juízo da historiografia estamental que lhes confere no plano da escrita, um cárcere textual, ou seja, um espaço gráfico presidiário dentro dos limites estabelecidos pela escrita tradicional.

FIGURAS



Figura 1- Templo construído por negros escravizados, cuja construção teve início em 1805, mas que somente em 1880, é que ela foi consagrada e elevada à categoria de Capela. Sua padroeira é Nossa Senhora do Rosário. Desde 1971, ela abriga o Museu Xucurus de História Artes e Costumes.

Foto: Maria Viegas.



Foto: Maria Viegas

Figura 2 – Fachada atual do Museu, outrora Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.



Figura 3 - Manequim de cor preta colocado à frente do Museu para falar sobre a presença do homem negro escravizado na cidade. Percebe-se que não existe nenhuma referência ou explicativa em relação ao objeto. Entendo que dessa forma a apropriação da imagem pelas pessoas que visitam o Museu, principalmente as crianças terão uma construção hedionda da presença do homem negro africano escravizado no processo de construção do território brasileiro.



Foto: Maria Viegas.

Figura 4 – Manequim de cor preta, vestido de mulher, com intenções a fazer referências a mulher negra escravizada, repare que a manequim não está em perfeito estado. A perna do lado esquerdo encontra-se danificada. A manequim está atada a ferros a semelhança das antigas amarras do tempo da escravidão. Até recentemente as pessoas que frequentam o Museu são recepcionadas por estas imagens, sem ninguém capacitado para esclarecer o motivo de tal figura na entrada do Museu.



Foto: Maria Viegas.

Figura 5 – Os manequins na entrada do Museu de Costumes da cidade de Palmeira dos Índios-Al.



Foto: Maria Viegas.

Figura 6 - Roupas indígenas do Povo Xucuru-Kariri. Artefatos utilizados em época de festa e rituais de abertura do Ouricuri.



Foto: Maria Viegas.

6. TENÓRIO, Douglas Apratto. COSTA, Jairo José Campos da. ALAGOAS. Maceió: Viva, 2014. **A presença negra em Alagoas.**
7. ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 no 2 – 2012.
8. AVELAR, Luciana Figueiredo. Museus comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museu do Taquaril / Luciana Figueiredo Avelar. – 2015. 122 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Bairro do Jacintinho. Disponível em:
<http://www.bairrosdemaceio.net/site/index.php?Canal=Bairros&Id=24>
<https://www.museus.gov.br/ponto-de-memoria-do-jacintinho-maceio-al/>
9. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990 [1950].
10. Ponto de Memória Cultura Periférica. Disponível em:
<http://museuculturaperiferica.blogspot.com.br/>
11. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. In Revista de Antropologia, São Paulo, 1996.
12. POLLAK, Michael. Memória e Identidade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
13. ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Maurice Halbwachs: memórias, indivíduos e seus coletivos. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em:
www.revistas.usp.br/psicousp/article/download/34481/37219
14. SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. – São Paulo. Cia das Letras.1995